



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 304

00027

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 304, DE 2006

Dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA; institui a Gratificação Específica de Docência dos servidores dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima - GEDET; fixa o valor e estabelece critérios para a concessão da *Gratificação de Serviço Voluntário, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002*, aos militares dos extintos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima; autoriza a redistribuição, para os Quadros de Pessoal Específico das Agências Reguladoras, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela *Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970*, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, cedidos àquelas autarquias, nas condições que especifica; cria Planos Especiais de Cargos, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; institui a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação - GEDR, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; cria as carreiras e o Plano Especial de Cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP; aumenta o valor da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional - GEPDIN, instituída pela Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se o seguinte §4º ao art. 22 da Medida Provisória nº 304, de 29 de junho de 2006:

"Art. 22

§ 4º A GEDET será reajustada sempre que o governo alterar o valor de gratificação de mesma natureza para os professores das Instituições Federais de Ensino Federais – IFES, incluídos no Plano de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987."





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Preliminarmente, esta emenda visa estabelecer um tratamento igualitário e justo entre todos os Professores de Ensino de 1º e 2º Graus da União, quais sejam, os docentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas de Aplicação das Universidades Federais e docentes dos extintos Territórios, incluídos na Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, regulamentado pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987.

A Lei Complementar nº 41/81 e o artigo 31, da Emenda Constitucional nº 19/98 asseguram aos servidores dos extintos Territórios Federais, todos os direitos e vantagens concedidos aos demais servidores públicos. Assim, aos docentes dos ex-Territórios deverá ser estendido qualquer reajuste remuneratório, seja no vencimento, ou em gratificação específica, destinada a valorizar o desempenho do docente, evitando assim, discriminação entre profissionais que tem funções idênticas, bem como, atribuições com o mesmo grau de complexidade e responsabilidade.

Sala da Comissão, 5 de julho de 2006.

Deputado Eduardo Seabra - AP

